



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4342 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 12-12-2023.

Aos doze dias do mês de dezembro dois mil e vinte e três, às quatorze horas e quatorze minutos, reuniu-se, na Sala de Reuniões nº 302, a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Mauro Pinheiro, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo e Jonas Reis. Constatada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo, de imediato, aprovada a Ata da Reunião anterior, tendo sido dispensada a sua leitura. A seguir, foram DISTRIBUÍDOS para parecer: ao vereador Gilson Padeiro, o Projeto de Resolução nº 084/23 (Processo nº 1107/23) e o Projeto de Lei do Legislativo nº 598/23 (Processo nº 1018/23); ao vereador Giovane Byl, o Projeto de Lei do Legislativo nº 302/22 (Processo nº 0596/22); e ao vereador Jonas Reis, o Projeto de Lei do Legislativo nº 619/23 (Processo nº 1054/23). Registra-se que foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do artigo 42 do Regimento, os seguintes Pareceres: no dia oito de dezembro do corrente, nºs 365/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 031/23 – Processo nº 0068/23), ao Projeto e às Emendas nºs 01 e 02, 366/23 (Projeto de Resolução nº 059/23 – Processo nº 0708/23), de autoria do vereador Giovane Byl; nºs 367/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 456/23 – Processo nº 0781/23) e 372/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 612/21 – Processo nº 1350/21), de autoria do vereador Giovanni Culau e Coletivo; nºs 368/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 566/23 – Processo nº 0953/23), 369/23 (Projeto de Lei do Executivo nº 029/23 – Processo nº 0976/23), 370/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 589/23 – Processo nº 1002/23) e 371/23 (Indicação nº 095/23 – Processo nº 1139/23), de autoria do vereador Mauro Pinheiro; e 372/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 612/21 – Processo nº 1350/21), de autoria do vereador Giovanni Culau e Coletivo. Na ocasião, o senhor Presidente prestou esclarecimentos sobre a presente reunião, destinada a debater vagas na educação infantil, construção de novas escolas e reformas das escolas da rede, e registrou a presença dos senhores José Paulo da Rosa e João Artur Adams, respectivamente Secretário e Diretor de Administração e Logística da Secretaria Municipal de Educação – SMED, Eduardo Matos, da Comissão Especial de Educação da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Rio Grande do Sul – OAB/RS, Isabel Letícia Medeiros, da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre – ATEMPA, Kleiton da Silva Müller, do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - CACS FUNDEB, e Márcia Gil Rosa, da Comissão de Educação do Conselho Tutelar – CT, convidando Suas Senhorias a integrarem a Mesa dos trabalhos. Após, o vereador Jonas Reis justificou a realização de reunião com a presente pauta e discorreu acerca de carência de vagas na educação infantil no Município, recursos para provimento das mesmas e sobre obrigatoriedade de ensino a crianças e adolescentes. O vereador Mauro Pinheiro discutiu providências para a educação municipal, no próximo ano, quando presidirá a Mesa Diretora. Em continuidade, a senhora Márcia Gil registrou que o CT e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA – não foram convidados para esta reunião, criticou o uso político das pautas dos direitos da criança e reconheceu que há diálogo com a atual equipe da SMED. Ainda, informou a participação do CT em grupo de trabalho para estratégias de enfrentamento à falta de vagas, estimou a carência de mais de dezessete mil vagas na educação infantil, no Município, e enfatizou a necessidade e a urgência de recursos para a criança e para o adolescente, em razão dos relatos de violações de direitos registrados nos conselhos tutelares. Na oportunidade, a senhora Isabel Letícia Medeiros asseverou que é necessária manutenção sistemática das escolas no período de férias; que a falta de manutenção das mesmas causa mais desatendimentos; que a idade do aluno é inversamente proporcional à quantidade de adultos necessários para seu atendimento; que os chamamentos de recursos humanos feitos pela SMED foram insuficientes; que são necessários concursos públicos para provimento de profissionais da educação; e que é necessária a construção de escolas públicas. Ainda, elencou problemas decorrentes da compra de vagas na rede privada de educação, feita pelo Executivo. O senhor Kleiton da Silva Müller convidou à leitura de parecer do CACS FUNDEB sobre o Fundo, explicou investimentos previstos e executados em manutenção e desenvolvimento do ensino no Município e ressaltou a responsabilidade do Legislativo Municipal na elaboração do orçamento e na fiscalização dos gastos de recursos públicos destinados à educação. A seguir, o senhor Eduardo Matos reiterou manifestações sobre a urgência do atendimento a crianças sem escola e atentou para a importância da forma como são gastos os recursos públicos. O senhor José Paulo da Rosa avaliou indicadores preocupantes da educação no Município e em outras cidades da República Federativa do Brasil, comparou procedimentos de países em melhores posições em educação e concluiu que os investimentos realizados no Município não conferem com os resultados obtidos. Também informou que estão em processo de nomeação oitocentos e cinquenta e quatro profissionais da educação, que providências foram tomadas para mudança dos cargos de técnicos em educação e que há perspectiva para que inativos não sejam pagos com recursos da educação no Município, em até aproximadamente dez anos. Quanto à falta de vagas na educação infantil, divulgou o credenciamento de novas organizações da sociedade civil, a expectativa de provimento de quatro mil vagas para o início do próximo ano, a construção de novas escolas e a parceria com o Estado para utilização de espaços ociosos. Justificou o aumento de alunos na rede municipal, em anos recentes, e noticiou a publicação de licitação e edital para reformas em escolas municipais. Em prosseguimento, a senhora Fabiane Dutra, da Frente Parlamentar pela Garantia de Vaga na Creche, questionou a existência de protocolo para compra de vagas na rede particular, os prazos para conclusão de obras em escola do Bairro Centro Histórico e os motivos para demora do uso de recursos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura – UNESCO. Também relatou problemas enfrentados por famílias de alunos de inclusão. O senhor José Paulo da Rosa comunicou que algumas obras mencionadas ocorrem desde administrações anteriores e que alunos da Escola Municipal de Educação Infantil Pica-Pau Amarelo são atendidos provisoriamente outra instituição. Na ocasião, a senhora Maria de Guadalupe Menezes de Lima, do Gabinete da Deputada Estadual Sofia Cavedon, detalhou proposta de regime de colaboração entre o Estado e o Município, para atendimento de demandas e para aperfeiçoamento de profissionais da educação infantil, listou carências de vagas em bairros e lembrou que o Instituto de Educação General Flores da Cunha utilizará pavilhão de educação infantil como museu. O vereador Giovani Culau e Coletivo destacou a importância de se considerar a demanda não manifesta por vagas na educação infantil, questionou contrapartidas do Programa Escola Bem-Cuidada e o fluxo dos acordos da SMED com a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul para compra de vagas. Ainda, louvou a utilização de espaços ociosos do Estado e externou preocupação com a municipalização da educação. Após, o vereador Jonas Reis questionou a possibilidade de expansão de espaços das escolas da rede municipal, listou sugestões para provimento de novas vagas na educação infantil, exemplificando casos de pessoas que deixaram o Município por falta dessas vagas. O senhor José Paulo da Rosa acatou sugestões supracitadas e explicou o Programa Escola Bem-Cuidada, as compras de vagas determinadas pelo Poder Judiciário e os prejuízos destas ao Município e às famílias dos alunos contemplados. Com referência à municipalização da educação, opinou sobre problemas de gerenciamento de escolas estaduais e declarou estar discutindo medidas sensatas de modelo. Por fim, o vereador Jonas Reis Rebateu argumentos sobre a municipalização da educação sem o repasse proporcional de recursos. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às quinze horas e cinquenta e seis minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, vereador Mauro Pinheiro.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Roberto Pinheiro, Vereador**, em 18/12/2023, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0666759** e o código CRC **CDE28416**.